

澳門特別行政區政府 Governo da Região Administrativa Especial de Macau 行政法務司司長辦公室 Gabinete do Secretário para a Administração e Justiça

Debate das Linhas de Acção Governativa para 2020 - área da Administração e Justiça

Resposta à questão colocada pelo Senhor Deputado Zheng Anting

Questão:

Relativamente à renovação urbana, o Governo já afirmou que não vai alterar o índice de utilização dos solos e a altura dos edifícios, deste modo, como é que o regime será implementado no futuro? Que medidas irá tomar para incentivar a participação dos residentes?

Resposta:

Considerando que a demolição e reconstrução de edificios antigos implica um tempo bastante longo, o Regime jurídico de habitação para alojamento temporário e de habitação para troca no âmbito da renovação urbana, elaborado em 2019, sendo o fundamento jurídico para o alojamento dos residentes afectados durante o período de reconstrução dos edifícios, permite incentivar a participação dos residentes na renovação urbana e reduzir na medida do possível o impacto na sua vida.

Actualmente, a Macau Renovação Urbana, S.A. tem plano para construir, no lote P dos Novos Aterros da Areia Preta, oito edificios com fins habitacionais, proporcionando no total mais de 2.000 fracções autónomas de habitação para alojamento temporário para os residentes dos bairros antigos afectados pela reconstrução dos edificios, até ao regresso após a reconstrução.



露本 TRADUÇÃO

Debate das Linhas de Acção Governativa para 2020 - área da Administração e Justiça

Resposta à questão colocada pelo Senhor Deputado Sou Ka Hou

Questão:

Como é que o Instituto para os Assuntos Municipais irá responder às solicitações das crianças com necessidades especiais nas instalações de diversão?

Resposta:

O Instituto para os Assuntos Municipais tem-se empenhado em melhorar os equipamentos da cidade e em criar novos espaços de lazer, disponibilizando instalações de diversão infantil de carácter inclusivo que atendem a vários requisitos, nomeadamente, o de proporcionar um grande espaço, o de assegurar uma distância de segurança mais afastada entre os equipamentos de diversão e o de se situarem na envolvente de escolas de educação especial ou em locais que facilitem a deslocação das crianças com necessidades especiais. Neste sentido, o Instituto para os Assuntos Municipais irá seleccionar locais apropriados para o reordenamento de jardins e espaços de lazer, disponibilizando instalações de diversão infantil de carácter inclusivo e aperfeiçoando o acesso sem barreiras, a fim de construir, gradualmente, uma comunidade inclusiva.

澳門特

譯本 TRADUÇÃO 澳門特別行政區政府 Governo da Região Administrativa Especial de Macau 行政法務司司長辦公室 Gabinete do Secretário para a Administração e Justiça

Debate das Linhas de Acção Governativa para 2020 - área da Administração e Justiça

Resposta à questão colocada pelo Senhor Deputado Ng Kuok Cheong

Questão:

O Governo anterior planeou o reforço dos muretes de protecção contra inundações na zona da Ilha Verde e Fai Chi Kei e a construção de uma estrutura *Box-Culvert* na zona do Patane. No entanto, nas Linhas de Acção Governativa para o presente ano parece que não há nenhuma referência sobre o assunto, pelo que agradeço que o Secretário esclareça essa omissão.

Resposta:

O Governo da RAEM tem vindo a analisar e estudar de forma abrangente o problema das inundações na zona oeste da Península de Macau, com o objectivo de reforçar quer a capacidade de resposta a desastres, quer a de recuperação. Consequentemente planeia construir obras de combate e prevenção de desastres e aumentar a intensidade da drenagem da zona oeste da Península de Macau, através do reforço contínuo da gestão dos esgotos e das obras de construção.

Actualmente, o Instituto para os Assuntos Municipais está a acelerar, de forma ordenada, a "Obra de construção de *Box-Culvert* da Estação Elevatória de Águas Pluviais do Norte do Porto Interior", cuja conclusão está prevista para 2021, o que irá aliviar os problemas de inundações provocadas pelo avanço das águas



澳門特別行政區政府 Governo da Região Administrativa Especial de Macau 行政法務司司長辦公室 Gabinete do Secretário para a Administração e Justiça

do mar e pelas chuvas torrenciais que ocorrem no período da maré astronómica. Em simultâneo, o Instituto para os Assuntos Municipais continuará a comunicar e cooperar com a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Tranportes, bem como a dar parecer sobre o aperfeiçoamento do sistema público de drenagem e de outras infra-estruturas.



譯本 TRADUCÃO 澳門特別行政區政府 Governo da Região Administrativa Especial de Macau 行政法務司司長辦公室 Gabinete do Secretário para a Administração e Justiça

Debate das Linhas de Acção Governativa para 2020 – área da Administração e Justiça

Resposta as questões colocadas pelo Senhor Deputado Chui Sai Peng

Questão:

Na sequência de muitos conflitos comerciais surgidos devido à epidemia do Novo Tipo de Coronavírus em Macau, tencionará o Governo da RAEM criar também um centro *online* para a resolução de disputas como o caso em Hong Kong?

Resposta:

A promoção da arbitragem e mediação *online*, requer um sistema de *software* e *hardware* muito aperfeiçoado, o que pressupõe, por exemplo, um estudo aprofundado antes de ser criada uma plataforma específica para a resolução de disputas *online*, de modo a que possam ser tratadas na internet e, ainda, em simultâneo, carece de uma boa preparação dos trabalhos de inspecção e segurança para garantir a confidencialidade total durante o procedimento de arbitragem e conciliação, bem como de assegurar também o direito à privacidade das partes envolvidas. O Governo da RAEM irá aperfeiçoar, de forma sustentável, mecanismos de resolução de disputas e reforçar a cooperação com as entidades de arbitragem e mediação, visando, deste modo, promover faseadamente a utilização e a generalização da arbitragem e mediação *online*, elevando a qualidade dos serviços de arbitragem de Macau.



澳門特別行政區政府 Governo da Região Administrativa Especial de Macau 行政法務司司長辦公室 Gabinete do Secretário para a Administração e Justiça

Debate das Linhas de Acção Governativa para 2020 - área da Administração e Justiça

Resposta às questões colocadas pelo Senhor Deputado Ma Chi Seng

Questão:

No âmbito do planeamento das obras municipais, quando é que serão reabertos os jardins e espaços de lazer?

Resposta:

Na prossecução e implementação das políticas do Governo da RAEM sobre a prevenção da pandemia, têm sido adoptadas medidas provisórias de prevenção que são ajustadas consoante a evolução da pandemia, deste modo, os jardins e espaços de lazer sob a tutela do Instituto para os Assuntos Municipais encontramse, basicamente, reabertos ao público. Porém, devido à prevenção da pandemia, ainda se encontra encerrada ao público uma parte das instalações onde existe um maior risco de propagação. O Instituto para os Assuntos Municipais tem acompanhado, atentamente, a situação da pandemia, cumprindo as orientações da autoridade sanitária, assim, as referidas instalações serão reabertas, gradualmente, ao público, desde que em consonância com o interesse público e sem perturbação da segurança pública.



澳門特別行政區政府 Governo da Região Administrativa Especial de Macau 行政法務司司長辦公室 Gabinete do Secretário para a Administração e Justiça

Questão:

Serão definidos critérios sobre os espaços de lazer per capita?

Resposta:

O Instituto para os Assuntos Municipais tenciona incumbir instituições de consultadoria para proceder à avaliação quantitativa das diversas instalações municipais, à definição dos critérios de referência quanto à proporção, relativamente ao espaço por utente ou à área de ocupação, em correspondência com a situação concreta da RAEM, critérios estes que serão disponibilizados, futuramente, aos serviços a quem irá competir o planeamento.



譯本 TRADUÇÃO

Debate das Linhas de Acção Governativa para 2020 - área da Administração e Justiça

Resposta à questão colocada pela Senhora Deputada Chan Hong

Questão:

Considerando o aumento do número de pessoas que utilizam bicicleta nas suas deslocações, como se reforça a regulamentação e supervisão, a partir do sistema jurídico, medidas de registo e instalações, para garantir a segurança dos utilizadores de bicicleta e de outros utentes da via pública?

Resposta:

O regulamento sobre o aluguer e uso de bicicletas, elaborado pelo Instituto para os Assuntos Municipais, está afixado actualmente nas ciclovias para conhecimento e cumprimento por parte dos utilizadores.



澳門特別行政區政府 Governo da Região Administrativa Especial de Macau 行政法務司司長辦公室 Gabinete do Secretário para a Administração e Justiça

Debate das Linhas de Acção Governativa para 2020 – área da Administração e Justiça

Resposta à questão colocada pelo Senhor Deputado Chan Wa Keong

Ouestão:

A prestação de serviços de advocacia constitui um dos projectos-pilotos implementados na Grande Baía, é possível clarificar mais concretamente em que consiste a prestação de serviços de advocacia?

Resposta:

«As Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau» abordaram já as questões relacionadas com o reforço na cooperação na área jurídica, o aprofundamento na criação de escritórios de advocacia em parceria entre Guangdong, Hong Kong e Macau, o estudo sobre a qualificação dos advogados de Hong Kong e Macau que poderão trabalhar nas nove cidades da região do Delta do Rio das Pérolas, bem como o âmbito dos serviços que prestam. Para concretizar os trabalhos supracitados, no dia 1 de Agosto de 2019, o Departamento de Justiça da Província de Guangdong implementou a "Resolução do Departamento de Justiça da Província de Guangdong para a operação em conjunto entre os escritórios de advocacia da Região Administrativa Especial de Hong Kong, Região Administrativa Especial de Macau e Interior da China sob a forma de parceria na Província de Guangdong



澳門特別行政區政府 Governo da Região Administrativa Especial de Macau 行政法務司司長辦公室 Gabinete do Secretário para a Administração e Justiça

(revisão em 2019)", cujas medidas incluem o fim da imposição do limite não inferior a 30% da proporção da participação da parte da RAEM na criação de escritórios de advocacia sob a forma de parceria na Província de Guangdong, a autorização de recrutamento de advogados de Hong Kong, Macau ou Interior da China pelos referidos escritórios, bem como a autorização do tratamento de questões jurídicas em matéria do processo administrativo, entre outras. Estas medidas incentivam os escritórios de advocacia de Macau de pequena e média dimensão a explorarem o mercado do Interior da China sob a forma de parceria.

Além disso, segundo o "Acordo relativo à Alteração ao Acordo sobre o Comércio de Serviços no âmbito do CEPA" assinado no dia 20 de Novembro de 2019 entre o Interior da China e Macau, é permitida a contratação de advogados de Macau como consultores por um máximo de três escritórios no Interior da China, quanto ao recrutamento para o cargo de assessor jurídico passa-se a aplicar o registo em vez de estarem sujeitos a autorização, não havendo a necessidade de um registo anual; é permitida também a obtenção dos advogados de Macau, através de exames específicos, da qualificação para tratarem de questões jurídicas em matéria civil e comercial (processo judicial ou não) nas nove cidades da Grande Baía, etc., entrando o referido acordo em vigor no dia 1 de Junho de 2020.

Futuramente, o Governo da RAEM continuará a impulsionar o desenvolvimento em termos de dimensão dos escritórios de advocacia em parceria entre as três regiões Guangdong, Hong Kong e Macau, bem como a estudar conjuntamente com os Governos de Guangdong e de Hong Kong a viabilidade de flexibilizar os requisitos de registo e o âmbito dos serviços jurídicos prestados pelos escritórios de advocacia em parceria entre as três regiões, tais como: reduzir o montante total do investimento das diferentes partes, prolongar o período da integralização do capital e estudar a possibilidade de ampliar o âmbito da



澳門特別行政區政府 Governo da Região Administrativa Especial de Macau

譯本 TRADUÇÃO

行政法務司司長辦公室 Gabinete do Secretário para a Administração e Justiça

prestação de serviços jurídicos como o tratamento de casos pelos escritórios de advocacia em parceria.



澳門特別行政區政府 Governo da Região Administrativa Especial de Macau 行政法務司司長辦公室 Gabinete do Secretário para a Administração e Justiça

Questão:

Quanto ao regime de formação de magistrados, será que vai ser adicionado à lei a experiência profissional como requisito de candidatura? Será que os trabalhos no âmbito da revisão da lei para que esta esteja alterada antes da reforma de alguns magistrados vão ser agilizados?

Resposta:

Para responder à questão do recrutamento e da formação de magistrados muito valorizada pelos diferentes sectores da sociedade, o Governo da RAEM elaborou já a proposta de lei sobre a alteração da Lei n.º 13/2001 (Regime do curso e estágio de formação para ingresso nas magistraturas judicial e do Ministério Público). A proposta de lei propõe a obrigatoriedade dos candidatos possuírem experiência profissional para poderem candidatar-se ao curso e ao estágio de formação para ingresso nas magistraturas, tendo enriquecido também o conteúdo do mesmo. O Conselho Executivo concluiu já o debate da referida proposta, sendo a mesma entregue à Assembleia Legislativa para efeitos de apreciação.



譯本 TRADUÇÃO

Debate das Linhas de Acção Governativa para 2020 - área da Administração e Justiça

Resposta às questões colocadas pela Senhora Deputada Wong Kit Cheng

Questão:

No que concerne à reestruturação dos Serviços Públicos, se a reestruturação dos mesmos apenas será efectuada após a revisão da Lei das Bases Gerais da Estrutura Orgânica da Administração Pública de Macau? Qual a ponderação que o Governo deu a esta matéria?

Resposta:

Com o objectivo de racionalizar as competências e responsabilidades, optimizar a estrutura interna e a afectação do pessoal dos Serviços Públicos, o Governo da RAEM procederá à revisão das questões existentes, determinando padrões e instruções relativas aos objetivos estratégicos e competências organizacionais, às competências e estrutura das subunidades e à afectação dos recursos humanos, por forma a garantir a sistematização e a normalização da estrutura administrativa, o que permite aos Serviços Públicos, através da reestruturação e conjugando com as suas competências, melhor coordenarem os objectivos estratégicos do Governo da RAEM e, por outro lado, aumentar a capacidade executiva do Governo e implementar eficazmente os trabalhos de acção governativa.

Em simultâneo, em articulação com os objectivos estratégicos do Governo da RAEM, serão definidos princípios para a reestruturação dos Serviços Públicos e,



譯本 TRADUÇÃO

determinados Serviços serão primeiramente reestruturados para testar a viabilidade dos respectivos princípios.

Questão:

Quanto ao Governo Electrónico, de que modo é possível integrar eficazmente os serviços electrónicos dos Serviços Púbicos na conta única de acesso comum? De que modo será promovida a inscrição dos cidadãos nessa conta? É possível, por exemplo, abrir a conta única de acesso comum no momento da renovação do BIR?

Resposta:

A conta única de acesso é uma conta uniformizada, com função de validação de identidade, proporcionada aos cidadãos para o acesso aos serviços prestados pelos Serviços Públicos e, actualmente, o Governo da RAEM está a optimizar os procedimentos de requerimento da referida conta, no sentido de aumentar a utilização dos quiosques de atendimento automático e, ainda, a colaborar com a Direcção dos Serviços de Identificação para facultar um meio mais conveniente aos cidadãos na abertura da conta e na sua utilização.

De acordo com a orientação do desenvolvimento de uma plataforma uniformizada e uma conta única, o Governo da RAEM irá promover os Serviços Públicos no lançamento de mais serviços electrónicos. Com a entrada em vigor da Lei da Governação Electrónica, os cidadãos podem sucessivamente utilizar a conta de acesso comum e obter, através do Portal do Governo e da aplicação para telemóveis, mais serviços electrónicos prestados pelos diversos Serviços Públicos.

Paralelamente, o Governo da RAEM está a promover plenamente a



澳門特別行政區政府 Governo da Região Administrativa Especial de Macau 行政法務司司長辦公室

譯本 TRADUÇÃO 行政法務司司長辦公室 Gabinete do Secretário para a Administração e Justiça

plataforma uniformizada e os instrumentos electrónicos comuns destinados aos Serviços Públicos, a acelerar os trabalhos de electronização dos serviços prestados, a reduzir a apresentação repetida de documentos em suporte papel através do aproveitamento de documentos ou dados compartilhados entre Serviços Públicos, a simplificar as formalidades de requerimento de serviços, e ainda, a acelerar o tempo de tratamento, concretizando gradualmente, em observância dos princípios de "clareza, simplicidade e conveniência", a construção de um governo com um modelo de serviço que facilita os cidadãos e empresários.



譯本

TRADUÇÃO

Debate das Linhas de Acção Governativa para 2020 – área da Administração e Justiça

Resposta à questão colocada pelo Senhor Deputado José Maria Pereira Coutinho

Questão:

Os Serviços de Apoio da Sede do Governo vão integrar-se na Direcção dos Serviços para os Assuntos da Sede do Governo, pelo que questiona-se: será mantido o actual subsídio atribuído a esse pessoal nos termos do artigo 98.º da Lei Básica?

Resposta:

O Regime Jurídico da Função Pública vigente prevê que os subsídios e abonos dos trabalhadores dos serviços públicos do Governo da RAEM abranjam, em geral, as remunerações de natureza social e as decorrentes do exercício de funções públicas, que possam ser auferidas nos termos da lei. Quanto aos subsídios, desde que os trabalhadores dos serviços públicos reúnam as condições e os requisitos legais, têm direito aos mesmos auferidos à luz da lei, tais como, o subsídio de residência, de família, de nascimento e de casamento; relativamente aos abonos, conforme a natureza das funções ou as necessidades de trabalho do serviço, é atribuído, aos trabalhadores, um acréscimo de remuneração, como por exemplo, a compensação por trabalho por turnos ou por trabalho extraordinário.



澳門特別行政區政府 Governo da Região Administrativa Especial de Macau 行政法務司司長辦公室

Gabinete do Secretário para a Administração e Justiça

譯本

TRADUÇÃO

Os respectivos direitos são garantidos por lei, não sendo prejudicados devido à reestruturação dos serviços a que pertencem.

Após a fusão dos Serviços de Apoio da Sede do Governo com o Gabinete de Protocolo, Relações Públicas e Assuntos Externos, que ficarão enquadrados no âmbito da Direcção dos Serviços para os Assuntos da Sede do Governo, o respectivo pessoal irá receber, nos termos da lei, os devidos subsídios e remunerações em virtude das funções e necessidades de trabalho do serviço em causa.